

E=16537  
2

**ACTA**  
**da**  
**Reunião de negociação com a**  
**Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos, Auxiliares e Operários da**  
**Polícia Judiciária**

**Acta n.º 23**

Aos 21 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 16h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça a Senhora Presidente da Direcção Nacional e os Senhores Presidentes das Direcções Regionais do Norte, do Centro e do Sul da Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos, Auxiliares e Operários da Polícia Judiciária (ASFTAO/PJ), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com especial relevância em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 18h00 com a discussão do projecto de transferência do subsistema de saúde para a ADSE. A ASFTAO/PJ esclareceu que tal transferência já tinha ocorrido em 2005 relativamente à maioria dos seus associados, tendo então constatado que os serviços disponibilizados pela ADSE ficavam muito aquém dos até então prestados pelos serviços sociais. Face a essa realidade e à falta de capacidade da ADSE para atender os novos utentes, alguns associados sentiram a necessidade de fazer um seguro de saúde de grupo a expensas próprias. Por essa razão e uma vez que o grupo de beneficiários que transitará dos serviços sociais para a ADSE agravará ainda mais a situação, a ASFTAO/PJ propõe que a tutela custeie parte ou a totalidade do referido seguro de saúde, mas estendendo-o ao pessoal da investigação criminal, considerando que se o seguro de saúde de grupo for contratado para um universo superior a 1000 beneficiários o valor será de apenas 16 euros por pessoa. A ASFTAO/PJ destaca não se tratar de situação única na Administração Pública, verificando-se também na Assembleia da República. Procedeu de seguida à entrega de documento referente à proposta de extensão do seguro de saúde de grupo ao Pessoal de Apoio à Investigação Criminal, que se junta em anexo à presente acta e referiu que a posição da ASFTAO/PJ relativamente ao projecto de diploma em negociação será desfavorável caso o Governo não a acolha.

O Senhor SEJMJ considerou a iniciativa meritória por permitir um quadro de protecção adicional. Quanto ao projecto de diploma, informou porém ter-se reforçado no presente articulado o princípio da não interrupção dos tratamentos.

Encerrada a negociação nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à discussão das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com particular relevância em matéria remuneratória, tendo a ASFTAO/PJ apresentado diversas preocupações que afectam os seus associados, com particular destaque para a questão dos peritos, do suplemento de risco devido à polícia financeira, contabilística e informática na

sequência da fusão dos departamentos de telecomunicações com a informática, em que uns percebem subsídio de risco e outros não, apesar de terem ingressado na sequência do mesmo concurso, importando uniformizar as duas áreas.

O Senhor SEJMJ registou as preocupações, que transmitirá ao Senhor MJ e questionou a posição da ASFTAO/PJ em relação às normas do projecto de proposta de lei do Orçamento do Estado respeitantes às reduções remuneratórias e à proibição de valorizações remuneratórias, tendo a ASFTAO/PJ confirmado não dispor de condições para se pronunciar desde já sobre a matéria.

O Senhor SEJMJ agradeceu as sugestões para a melhoria e eficiência do processo de transferência dos serviços sociais do Ministério da Justiça para a ADSE, que transmitirá ao Senhor MJ, tendo em vista promover-se a realização de uma reunião com o Ministério das Finanças para apreciação da proposta de extensão do seguro de saúde de grupo em complemento dos serviços da ADSE.

A reunião terminou pelas 19h00, tendo ficado desde logo agendada uma terceira reunião para Terça-feira, dia 26 de Outubro de 2010, pelas 18h00.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

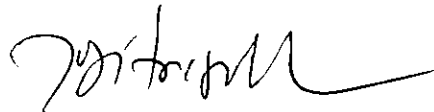
Anexos: 1.

Em 21 de Outubro de 2010,

Pela Associação Sindical dos Funcionários  
Técnicos, Administrativos, Auxiliares e  
Operários da Polícia Judiciária,  
A Presidente da Direcção Nacional,

Maria José Santos

Pelo Ministério da Justiça,  
O Secretário de Estado da Justiça e da  
Modernização Judiciária,



José Magalhães